

## ***IV JORNADA DE DIREITO CIVIL\****

---

**RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO**

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça  
e do Conselho da Justiça Federal*

Senhoras e Senhores:

O Conselho da Justiça Federal, pelo Centro de Estudos Judiciários, institucionalizou a realização, a cada dois anos, da “Jornada de Direito Civil” como um grande fórum de debates e análises de propostas de enunciados em torno de temas controvertidos do novo Código Civil.

Desde a I Jornada, foram aprovados e publicados 271 enunciados, os quais, mercê da ampla divulgação em obras, periódicos e artigos jurídicos e, ainda, do registro em petições, sentenças e acórdãos, têm servido de orientação (ou indicativo) à comunidade jurídica em geral quanto à interpretação dos vários preceitos legais enfocados. Constituem tais enunciados, assim, um precioso referencial para os estudiosos do Direito Civil e para todos quantos com ele lidem em seu labor profissional.

Neste ano, na quarta versão do evento, estão sendo propostos cerca de quinhentos enunciados, a serem apreciados, durante os dois dias de trabalhos, com a profundidade e proficiência necessárias, por diversas comissões compostas de renomados Juízes, Procuradores, Promotores, Professores e Advogados. Vigente o novo Código há quase quatro anos, esses profissionais de Direito, com a experiência haurida na labuta do dia-a-dia, certamente trarão novas luzes sobre as questões que aqui virão à tona, carreando – como se espera – contribuição mais decisiva ainda para a boa aplicação do nosso ordenamento jurídico.

Como toda Jornada, esta inicia-se com uma conferência magna – a ser proferida, daqui a pouco, pelo eminente Ministro do

---

\* Palavras proferidas na abertura do evento realizado no STJ em 25/10/2006.

Supremo Tribunal Federal e Professor José Carlos Moreira Alves –, acerca do tema “Os efeitos jurídicos da morte”. Pela terceira vez, nestas Jornadas, Sua Excelência dá-nos a honra de ouvir a sua autorizada palavra sobre temas relacionados com a Parte Geral do Código Civil, de cuja autoria se incumbiu na fase de anteprojeto, elaborado pela comissão coordenada pelo saudoso Professor Miguel Reale.

A par de sua imensa experiência como mestre e magistrado, posso lembrar que Sua Excelência já teve ocasião de tratar de questões afins, como a conceituação jurídica da morte em face da retirada de órgãos e tecidos necessários aos transplantes (“Progressos da Medicina e sua Repercussão no Direito Civil” – conferência realizada na Academia Nacional de Medicina). Noutra oportunidade, o caro Ministro discorreu sobre os “Aspectos Jurídicos, Éticos e Legais dos Transplantes de Órgãos”, envolvendo temática similar.

É, pois, por nós ansiosamente aguardada a conferência, dadas as conhecidas, inexoráveis e amplas consequências que a morte acarreta ao ser humano.

Permitam-me, ao final, endereçar os meus cumprimentos ao Ministro Fernando Gonçalves, Coordenador-Geral da Justiça Federal e Diretor do Centro de Estudos Judiciários, promotor deste encontro, ao Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Coordenador Científico da “Jornada de Direito Civil”, e a todos os participantes, que, deslocando-se de suas moradias e afastando-se de suas ocupações habituais, vêm trazer a sua colaboração, a fim de que se aperfeiçoem, cada vez mais, a interpretação e a aplicação do nosso novo Código Civil mediante idéias renovadas, práticas e inteligentes.

Obrigado.